

Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC
Belo Horizonte, ano 2, n. 7, set./out. 2014

Doutrina

Artigos

- O controle do Tribunal de Contas sobre os atos da Administração Pública Municipal
  Edmilson Todeschini

- Podem os Municípios alterar os valores dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93?
  Jair Eduardo Santana

- A violência urbana e a função urbanística do lazer
  Paulo Afonso Cavichioli Carmona

- A competência suplementar do Município: delimitação implícita da cláusula do interesse local
  Rejane Maria Machado Pinto

Consultas e Pareceres

- Direito Financeiro. Adiantamento de duodécimos ao Poder Legislativo Municipal. Possibilidade, desde que atendidos os requisitos do art. 29-A e do art. 167, VI da Constituição da República. Motivo relevante. Risco de bloqueio de repasses da União ao Município. Atendimento do interesse público.
  Luciano Ferraz

- Direito Eleitoral e Administrativo. Conservação de Igreja tombada pelo IPHAN, pelo IEPHA e pelo Município. Realização das obras diretamente pelo Município. Possibilidade.
  Luciano Ferraz

- Município. Contratação de serviços de publicidade. Lei nº 12.232/10. Inaplicabilidade aos casos exclusivamente de produção. Aplicação da Lei nº 8.666/93. Sugestão de regulamentação da matéria no âmbito do Município. Utilização da modalidade convite, observadas as regras para seu correto enquadramento.
  Luciano Ferraz

- Contratos de obra pública – duração superior ao exercício financeiro – possibilidade se houver previsão no PPA conforme art. 57, I, da Lei nº 8.666/93. O art. 42 da LRF determina que o Prefeito deva deixar quite ou pelo menos com cobertura financeira todas as parcelas executadas pelo contratado durante seu mandato.
  Luciano Ferraz

Resenha Legislativa

- Lei 13.022, de 8 de agosto de 2014 – dispõe sobre o Estatuto geral das Guardas Municipais

Legislação Comentada

- Legislação Comentada

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- **Superior Tribunal de Justiça**
  Administrativo – Ação civil pública – Improbidade administrativa – Ex-prefeito de município – Contratação de servidores sem prévio concurso público – Respaldo em lei municipal – Ausência de ilegalidade e dolo

- **Tribunal de Justiça do Estado do Espirito Santo**
  Improbidade administrativa – Concessão de subvenção social pelo Presidente da Câmara Municipal em desacordo com a legislação – Prejuízo ao erário – Caracterização do dolo

- **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**
  Consulta – Poder Executivo – Orçamento Público – Realocação de recursos – Remanejamento, Transposição e Transferência – Necessidade de prévia autorização legislativa – Autorização ou estabelecimento de percentual na LOA – Impossibilidade – Princípio da exclusividade da Lei Orçamentária – Possibilidade de a LDO prever realocações – Excepcionalidade – Necessidade de vinculação a possíveis alterações estruturais na Administração

- **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**
  Consulta – Concessão de benefício especial – Agente político – Falecimento durante o exercício do mandato – Benefícios de natureza assistencial à viúva, companheira ou dependente legal – Lei municipal de efeitos concretos – Inconstitucionalidade – Beneficiários amparados pelo RGPS ou RPPS

- **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**
  Consulta – Município – Dação em pagamento – Quitação de débitos de IPTU mediante execução de obras ou prestação de serviços – Inconstitucionalidade

- **Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás**
  Consulta – Jurisdição constitucional de contas – Prêmio de seguro – Aquisição de outro bem – Possibilidade – Natureza do prêmio – Receita de capital – Vedação legal – Dedução do valor no duodécimo – Impossibilidade – Nova aquisição de bem – Atendimento às normas para licitações

Jurisprudência Temática

- Jurisprudência Temática